

RESULTADOS
2025



ENERGISA BIOGAS S.A.
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da ENERGISA BIOGAS S.A.

ENERGISA BIOGAS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---------------------------------------|------|---------------|---------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 4 | 397 | 12 |
| Partes relacionadas | | 1.491 | - |
| Outros créditos | | 1.108 | - |
| Total do circulante | | 2.996 | 12 |
| Ativo não circulante | | | |
| Tributos a recuperar | | 3 | - |
| Investimentos | 5 | 72.825 | 53.828 |
| Intangível - Ágio empresa incorporada | | 5.887 | 5.887 |
| Total do não circulante | | 78.715 | 59.715 |
| Total do ativo | | 81.711 | 59.727 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA BIOGAS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2025 | 2023 |
|---|------|---------------|---------------|
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 7 | 566 | - |
| Impostos e contribuições sociais | 8 | 589 | - |
| Participação de empregados e administradores | | 994 | - |
| Obrigações estimadas | | 697 | - |
| Outras contas a pagar | | 1.629 | 1.212 |
| Total do circulante | | 4.475 | 1.212 |
| Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital | | | |
| Capital social | 9.1 | 60.059 | 60.049 |
| Reservas de capital | 9.2 | (3.600) | |
| Prejuízos acumulados | | (16.258) | (1.544) |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | 6 | 37.035 | 10 |
| Total do patrimônio líquido | | 77.236 | 58.515 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 81.711 | 59.727 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA BIOGAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---|------|-----------------|-------------|
| Receita operacional líquida | 10 | 1.354 | - |
| Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros | 11 | (1) | - |
| Lucro bruto | | 1.353 | - |
| Despesas gerais e administrativas | 11 | (9.350) | 2.976 |
| Equivalência Patrimonial | 5 | (6.729) | (2.009) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos | | (14.726) | 967 |
| Receita financeira | | 17 | - |
| Despesa Financeira | | (5) | (46) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | | 12 | (46) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | (14.714) | 921 |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | 13 | (14.714) | 921 |
| Luco (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$ | | (0,25) | 0,02 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA BIOGAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|--|------|-----------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | | (14.714) | 921 |
| Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado | | | |
| Outros resultados abrangentes | | - | - |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício | | (14.714) | 921 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA BIOGAS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

| | Nota | Capital social | Reservas de capital | Prejuízos Acumulados | Recursos destinados e futuro aumento de capital | Total |
|--|------|----------------|---------------------|----------------------|---|---------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2024 | | 1 | - | (2.465) | 60.048 | 57.584 |
| Aumento de capital com AFAC conforma AGOE de 24 de abril de 2024 | 9.1 | 60.048 | - | - | (60.048) | - |
| Lucro líquido do exercício | 13 | - | - | 921 | - | 921 |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | 6 | - | - | - | 10 | 10 |
| Saldos em 31 dezembro de 2024 | | 60.049 | - | (1.544) | 10 | 58.515 |
| Aumento de capital com AFAC conforma AGOE de 30 de abril de 2025 | 9.1 | 10 | - | - | (10) | - |
| Transações com investimentos reflexo | 9.2 | - | (3.600) | - | - | (3.600) |
| Prejuízo do exercício | 13 | - | - | (14.714) | - | (14.714) |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | 6 | - | - | - | 37.035 | 37.035 |
| Saldos em 31 dezembro de 2025 | | 60.059 | (3.600) | (16.258) | 37.035 | 77.236 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA BIOGAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---|------|----------------|--------------|
| Geração do valor adicionado: | | | |
| Receitas | | | |
| Receitas de vendas e serviços | 10 | 1.491 | - |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | | | |
| Materiais e serviços de terceiros | 11 | (1.741) | 2.976 |
| Outros custos operacionais | | (10) | - |
| | | (1.751) | 2.976 |
| Valor adicionado bruto | | (260) | 2.976 |
| Valor adicionado líquido | | (260) | 2.976 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6 | (6.729) | (2.009) |
| Receitas financeiras | | 17 | - |
| Valor adicionado a distribuir | | (6.972) | 967 |
| Distribuição do valor adicionado: | | | |
| Pessoal | | | |
| Remuneração direta | | 5.697 | - |
| Benefícios | | 431 | - |
| FGTS | | 348 | - |
| Impostos, taxas e contribuições | | | |
| Federais | | 1.260 | - |
| Estaduais | | 1 | - |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | |
| Juros | | 5 | 46 |
| Remuneração de capitais próprios | | | |
| Lucros retidos / Prejuízo do exercício | 13 | (14.714) | 921 |
| | | (6.972) | 967 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA BIOGAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---|------|-----------------|----------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Prejuízo do exercício | | (14.714) | 921 |
| Equivalência patrimonial | | 6.729 | 2.009 |
| Redução (aumento) dos ativos | | | |
| Concessionárias e permissionárias | | | - |
| Outros créditos | | (1.108) | - |
| Aumento (redução) dos passivos | | | |
| Fornecedores | | 566 | - |
| Impostos e contribuições sociais | | 586 | - |
| Obrigações estimadas | | 697 | - |
| Outras contas a pagar | | 1.411 | (1.764) |
| Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais | | (5.833) | 1.166 |
| Atividades de investimentos | | | |
| Aumento de capital em controladas | | 3.600 | 4.675 |
| Partes relacionadas | | (5.091) | - |
| Aplicação no investimento | | - | - |
| Aplicações no intangível | | - | (5.887) |
| Aplicações em linhas de transmissão de energia | | - | - |
| Pagamentos pela combinação de negócios - Lurean | | (29.326) | - |
| Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos | | (30.817) | (1.212) |
| Atividades de financiamento | | | |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | | 37.035 | 10 |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | | 37.035 | 10 |
| Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa | | 385 | (36) |
| Caixa e equivalentes de caixa iniciais | | 12 | 48 |
| Caixa e equivalentes de caixa finais | | 397 | 12 |
| Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa | | 385 | (36) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA BIOGAS S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Biogás S.A. ("Companhia", "EBG") é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com sede na cidade de Cataguases - MG, sob o controle acionário da Energisa S/A, que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades no segmento de geração de energia a partir do biogás, exploração do biogás de aterros sanitários entre outras atividades.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), os pronunciamentos contábeis e interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram autorizadas pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), requer que a Administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se aos registros dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 18 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos e análise de recuperabilidade dos ágios;
- II. Nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** – Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Tributos a Recuperar** – Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- c. **Investimentos** – os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço;
- d. **Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia e suas controladas têm normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza;

- e. **Lucro por ação** – o lucro por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável;

f. Instrumentos financeiros.

O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

| Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9 | |
|--|---|
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados a VJR | Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. |

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de "hedge" nas relações de "hedge" definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de "hedge"

eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado – após o reconhecimento inicial, de empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- g. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

| Pronunciamentos novos ou revisados | Natureza da revisão/emissão |
|--|--|
| Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto | A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações |
| Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis | As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras. |
| OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) | A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras. |

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

| Pronunciamentos ainda não vigentes | Exercícios anuais com início em ou após | Natureza da revisão/emissão |
|--|---|--|
| CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis | 1º de janeiro de 2027 | O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026. |
| IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações | 1º de janeiro de 2027 | A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração. |
| Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros | 1º de janeiro de 2026 | As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras. |
| Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais | 1º de janeiro de 2026 | As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras. |

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------------------|------------|-----------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 397 | 12 |
| Total de caixa | 397 | 12 |

5. Investimentos

Participação em controladas:

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Participação em controladas | 64.050 | 53.603 |
| Outros investimentos | 8.775 | 225 |
| Total | 72.825 | 53.828 |

| 2025 | | | | | | | | | |
|--------------|----------------------------------|------------------------|-------|---------|---------|--------------------|------------------------|--|---------------|
| Controladas | Informações sobre as controladas | | | | | | | Informações sobre o investimento da controladora | |
| | Capital Social | Nº ações/cotas detidas | % | Ativo | Passivo | Patrimônio Líquido | Resultado do exercício | Equivalência Patrimonial | Investimentos |
| Agric | 53.800 | 972.606 | 83,33 | 147.124 | 91.604 | 55.520 | (8.811) | (7.341) | 46.262 |
| Lurean | 33.075 | 15.188.882 | 52 | 37.930 | 3.720 | 34.210 | 1.178 | 612 | 17.788 |
| Total | | | | | | | | (6.729) | 64.050 |

| 2024 | | | | | | | | | |
|--------------|----------------------------------|------------------------|-------|--------|---------|--------------------|------------------------|--|---------------|
| Controladas | Informações sobre as controladas | | | | | | | Informações sobre o investimento da controladora | |
| | Capital Social | Nº ações/cotas detidas | % | Ativo | Passivo | Patrimônio Líquido | Resultado do exercício | Equivalência Patrimonial | Investimentos |
| Agric | 53.800 | 972.606 | 83,33 | 78.258 | 13.928 | 64.330 | (2.411) | (2.009) | 53.603 |
| Total | | | | | | | | (2.009) | 53.603 |

Movimentação dos investimentos:

| Controladas | 2024 | Aquisição | Ganho/Perda aquisição de ações | Equivalência patrimonial | 2025 |
|-----------------------|---------------|---------------|--------------------------------|--------------------------|---------------|
| Agric | 53.603 | - | - | (7.341) | 46.262 |
| Lurean ⁽¹⁾ | - | 20.776 | (3.600) | 612 | 17.788 |
| Total | 53.603 | 20.776 | (3.600) | (6.729) | 64.050 |

| Controladas | 2023 | Transferência | Equivalência patrimonial | 2024 |
|--------------|---------------|---------------|--------------------------|---------------|
| Agric | 46.107 | 9.505 | (2.009) | 53.603 |
| Total | 46.107 | 9.505 | (2.009) | 53.603 |

⁽¹⁾ **Aquisição da participação da Lurean S.A.**

Em 03 de novembro de 2025 a controlada Energisa BIOGAS S.A adquiriu a participação de 52% das ações da Lurean S/A, por meio de um investimento total de R\$ 62.410.

A Lurean atua há 12 anos no tratamento de resíduos orgânicos e na produção e comercialização de biofertilizantes. A empresa está estrategicamente localizada em Carambeí (PR), a aproximadamente 120 km de Curitiba, em uma região com alta concentração de resíduos agroindustriais e demanda por fertilizantes. Em 2024, a Lurean realizou o tratamento de aproximadamente 95 mil toneladas de resíduos orgânicos agroindustriais e comercializou cerca de 38 mil toneladas de biofertilizantes.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", na data da aquisição. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

| | |
|--|------------|
| Valor justo dos ativos adquiridos | 41.475 |
| % de participação | 52% |
| Valor da participação | 21.567 |
| Valor de aquisição | 62.410 |
| Resultado auferido na combinação ne negócios | 40.843 |
| Data da aquisição | 03/11/2025 |

| | |
|---|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 963 |
| Clientes | 962 |
| Estoque | 418 |
| Devedores diversos | 543 |
| Tributos a recuperar | 1.601 |
| Outros ativos circulantes | 0 |
| Imobilizado | 53.313 |
| Passivos Operacionais | 1.428 |
| Empréstimos | 5.803 |
| Impostos e contribuições sociais | 9.094 |
| Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio* | 62.410 |

*Em dezembro de 2025 o valor de caixa e equivalentes pago na combinação de negócio foi de R\$ 29.326, o restante do valor será pago durante o ano de 2026.

6. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total).

Transações efetuadas no período:

| | Serviços contratados (despesa) | Serviços prestados (receita) | Saldo a pagar (fornecedores) | Partes Relacionadas | Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽²⁾ |
|---|--------------------------------|------------------------------|------------------------------|---------------------|--|
| Energisa S/A ⁽¹⁾ | (99) | - | (99) | - | (37.035) |
| Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A ⁽³⁾ | - | 1.491 | - | 1.491 | - |
| 2025 | (99) | 1.491 | (99) | 1.491 | (37.035) |
| 2024 | - | - | - | - | (10) |

(1) Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi firmado em 03 de fevereiro de 2025 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

(2) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados;

(3) Prestação de serviços de preliminares de engenharia, serviços de gestão de projetos básicos e executivos, serviços de gestão de aquisição de materiais, equipamentos e construção de obras referente a planta de biometano da AGRIC, de acordo com os projetos, padrões normas e especificações estabelecidas.

7. Fornecedores

| | 2025 |
|-----------------------------------|------------|
| Fornecedores materiais e serviços | 566 |
| Total circulante | 566 |

8. Impostos e Contribuições Sociais

| | 2025 |
|---|------------|
| Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL) | 233 |
| Contribuição ao PIS e à COFINS | 138 |
| Encargos Sociais | 218 |
| Total Circulante | 589 |

9. Patrimônio Líquido

9.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$60.059 (R\$60.049 em 2024) e está representado por 60.059.064 (60.049.064 em 2024) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em Ata de Assembleia Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$10, mediante a emissão de 10.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$ 1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$60.049 para R\$60.059.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia, e nos termos do Boletim de Subscrição de Ações.

9.2 Reservas de Capital

| | 2025 |
|--|----------------|
| Transações entre sócios ⁽¹⁾ | (3.600) |
| Saldos | (3.600) |

⁽¹⁾ A Companhia contabilizou, diretamente no Patrimônio Líquido em novembro de 2025, o montante de R\$3.600, relativo a transações incorridos no aumento de capital reflexo de sua controlada Lurean.

10. Receita operacional

| | 2025 |
|---|--------------|
| Receita prestação de serviços | 1.491 |
| Total de receita operacional bruta | 1.491 |
| Deduções da receita operacional | |
| PIS corrente | (24) |
| COFINS corrente | (113) |
| Dedução da receita | (137) |
| Receita operacional líquida | 1.354 |

11. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

| | Custo do Serviço | Despesas Operacionais | 2025 | 2024 |
|---------------------------------|------------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Pessoal | - | 7.457 | 7.457 | - |
| Entidade de previdência privada | - | 139 | 139 | - |
| Material | - | 30 | 30 | - |
| Serviços de terceiros | 1 | 1.711 | 1.712 | 2.976 |
| Outras despesas | - | 13 | 13 | - |
| Total | 1 | 9.350 | 9.351 | 2.976 |

12. Despesas de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

| | 2025 | 2024 |
|--|--------------|--------------|
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | (14.714) | 921 |
| Alíquotas fiscal combinada nominal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais nominais | 5.003 | (313) |
| Ajustes: | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (2.288) | (683) |
| Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc) | (3) | (16) |
| Créditos tributários não constituídos no exercício | (2.712) | |
| Créditos tributários constituídos no exercício | - | 1.012 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - |

13. (Prejuízo) Lucro básico por ação

Cálculo de (Prejuízo) Lucro por ação em milhares, exceto valor por ação:

| Resultado básico por ação | 2025 | 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Numerador | | |
| (Prejuízo) Lucro líquido do exercício | (14.714) | 921 |
| Denominador | | |
| Média ponderada de número de ações em milhares de reais | 60.049 | 40.033 |
| Resultado básico por ação – R\$⁽¹⁾ | (0,25) | 0,02 |

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| | Nível | 2025 | | 2024 | |
|-------------------------------|-------|--------------|--------------|-----------|-------------|
| | | Contábil | Valor Justo | Contábil | Valor Justo |
| Ativos | | | | | |
| Custo amortizado: | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 397 | 397 | 12 | 12 |
| Clientes | | 1.491 | 1.491 | - | - |
| | | 1.888 | 1.888 | 12 | 12 |
| Passivos | | | | | |
| Custo amortizado: | | | | | |
| Fornecedores | | 566 | 566 | - | - |
| | | 566 | 566 | - | - |

As características operacionais e a estrutura patrimonial da Companhia colocam-na em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Administração financeira de risco

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

a) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

15. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 2025 as demonstrações financeiras da Empresa não foram impactadas por transações não caixa relevantes.

Diretoria

Ricardo Perez Botelho
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e Administrativo

Antonio Carlos de Andrada Tovar
Diretor

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC RJ 107310/O-0